



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 8º PERÍODO - DATA: 22/09/25

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

"A cada página lida e a cada aula assistida, você constrói sua própria história".

Boa Prova!

Disciplina: Direito das Coisas II
Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 01

João da Silva, buscando acomodar os quatro filhos, conforme cada um ia se casando, construiu casas sucessivas em cima de seu imóvel, localizado no Morro Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro. Cada uma das casas é uma unidade distinta da original, construídas como unidades autônomas. Com o casamento de Carlos, seu filho mais novo, ele já havia erguido quatro unidades imobiliárias autônomas, constituídas em matrícula própria, além do pavimento original, onde João reside com sua esposa, Sirlene. No entanto, pouco tempo depois, João assume que tivera uma filha fora do casamento e resolve construir mais uma casa, em cima do pavimento de Carlos, a fim de que sua filha possa residir com seu marido. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) João poderá construir nova laje, desde que tal construção não seja feita no subsolo, pois o direito real de laje só abrange a cessão de superfícies superiores em relação à construção-base.
- B) João poderá construir a casa para sua filha, tendo em vista se tratar de direito real de superfície e por ser ele o proprietário da construção-base.
- C) João não poderá construir a casa para sua filha, uma vez que o direito real de laje se limita a apenas quatro pavimentos adicionais à construção-base.
- D) João só poderá construir a casa para sua filha mediante autorização expressa dos titulares das demais lajes, respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes.

Questão 02

Mateus é proprietário de um terreno situado em área rural do estado de Minas Gerais. Por meio de escritura pública levada ao cartório do registro de imóveis, Mateus concede, pelo prazo de vinte anos, em favor de Francisco, direito real de superfície sobre o aludido terreno. A escritura prevê que Francisco deverá ali construir um edifício que servirá de escola para a população local. A escritura ainda prevê que, em contrapartida à concessão da superfície, Francisco deverá pagar a Mateus a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). A escritura também prevê que, em caso de alienação do direito de superfície por Francisco, Mateus terá direito a receber quantia equivalente a 3% do valor da transação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) é nula a concessão de direito de superfície por prazo determinado, haja vista só se admitir, no direito brasileiro, concessão perpétua.
- b) é nula a cláusula que prevê o pagamento de remuneração em contrapartida à concessão do direito de superfície, haja vista ser a concessão ato essencialmente gratuito.
- c) é nula a cláusula que estipula em favor de Mateus o pagamento de determinada quantia em caso de alienação do direito de superfície.
- d) é nula a cláusula que obriga Francisco a construir um edifício no terreno.

Questão 03

Mário recebeu dinheiro de Liliana a título de empréstimo e, como garantia de restituição, alienou-lhe fiduciariamente um trator. De acordo com o Código Civil:

- a) Mário poderá, independentemente de anuência de Liliana, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, antes ou após o vencimento desta.
- b) enquanto não vencida a dívida, Mário não poderá usar a coisa, obrigando-se, como depositário, à sua guarda e conservação.
- c) se a dívida não for paga no prazo, Liliana ficará obrigada a vender o trator a terceiros, e, se o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, Mário continuará obrigado pelo restante.
- d) Mário poderá, no ato da constituição da garantia, autorizar Liliana a ficar com o trator, caso a dívida não seja paga no vencimento.

Questão 04

Laurentino constituiu servidão de vista no registro competente, em favor de Januário, assumindo o compromisso de não realizar qualquer ato ou construção que embarace a paisagem de que Januário desfruta em sua janela. Após o falecimento de Laurentino, seu filho Lucrécio decide construir mais dois pavimentos na casa para ali passar a habitar com sua esposa.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) Januário não pode ajuizar uma ação possessória, eis que a servidão é não aparente.
- b) Diante do falecimento de Laurentino, a servidão que havia sido instituída automaticamente se extinguiu.
- c) A servidão de vista pode ser considerada aparente quando houver algum tipo de aviso sobre sua existência.
- d) Januário pode ajuizar uma ação possessória, provando a existência da servidão com base no título.

Questão 05

Arnaldo instituiu usufruto de uma casa em favor das irmãs Bruna e Cláudia, que, no intuito de garantir uma fonte de renda, alugam o imóvel. Dois anos depois da constituição do usufruto, Cláudia falece, e Bruna, mesmo sem “cláusula de acrescer” expressamente estipulada, passa a receber integralmente os valores decorrentes da locação.

Um ano após o falecimento de Cláudia, Arnaldo vem a falecer. Seus herdeiros pleiteiam judicialmente uma parcela dos valores integralmente recebidos por Bruna no intervalo entre o falecimento de Cláudia e de Arnaldo e, concomitantemente, a extinção do usufruto em função da morte de seu instituidor.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) A morte de Cláudia extingue integralmente o usufruto, pois instituído em caráter simultâneo, razão pela qual os herdeiros de Arnaldo têm direito de receber a integralidade dos valores recebidos por Bruna, após o falecimento de sua irmã.
- b) Bruna tinha direito de receber a integralidade dos aluguéis independentemente de estipulação expressa, tendo em vista o grau de parentesco com Cláudia, mas o usufruto automaticamente se extingue com a morte de Arnaldo.
- c) A morte de Arnaldo só extingue a parte do usufruto que caberia a Bruna, mas permanece em vigor no que tange à parte que cabe a Cláudia, legitimando os herdeiros desta a receberem metade dos valores decorrentes da locação, caso esta permaneça em vigor.
- d) Na ausência da chamada “cláusula de acrescer”, parte do usufruto teria se extinguido com a morte de Cláudia, mas o usufruto como um todo não se extingue com a morte de Arnaldo.

Disciplina: Responsabilidade Civil Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 06

Gisele, quinze anos de idade, modelo e atriz de sucesso, com ótima condição econômica, após se aborrecer com o vizinho de seu pai, pegou um paralelepípedo e quebrou o vidro do para-brisa dianteiro de um veículo AUDI ano 2016, que se encontrava estacionado em frente a sua residência.

Considerando que Gisele reside com seu pai, que é separado judicialmente de sua mãe, e que nenhum dos dois genitores dispõe de meios para ressarcir os danos causados, é correto afirmar que:

- a) a responsabilidade civil será dos pais de Gisele;
- b) a responsabilidade civil será exclusivamente do pai de Gisele;
- c) não há responsabilidade civil, já que Gisele é menor de idade, sendo civilmente incapaz.
- d) Gisele deverá ser responsabilizada civilmente pelos danos causados;

Questão 07

Sônia é proprietária de uma pousada. Marina, sua, vizinha, cria codornas. Segundo Sônia, o forte cheiro das codornas atrapalharia seu negócio. Por tal razão, com a intenção de afugentar as codornas, mas também imaginando que poderia entreter seus clientes, passou, com autorização do órgão ambiental, a criar corujas, as quais acabaram por dizimar as codornas. Sônia cometeu ato:

- a) ilícito, pois agiu com dolo direto de matar as codornas, podendo Marina, em razão de tal fato, postular indenização.
- b) lícito, pois não é obrigada a tolerar atividade danosa a seus negócios.
- c) imoral, porém lícito, uma vez que fundado em exercício regular do direito.
- d) ilícito, pois excedeu abusivamente os limites impostos pela boa-fé objetiva e pela finalidade social do negócio, podendo Marina, em razão de tal fato, postular indenização.

Questão 08

José e Pedro são vizinhos e José é dono de um cachorro de porte grande. Por esse motivo, José instalou grades ao redor de sua casa, fechadura no portão e colocou uma placa de “cão bravo” de frente para a calçada. Certo dia, enquanto o filho de Pedro brincava no quintal, a bola caiu na propriedade de José. Acreditando que o cachorro o reconheceria por serem vizinhos de longa data, Pedro entrou no quintal de José para pegar a bola enquanto este não estava em casa e acabou sendo atacado pelo animal, causando-lhe ferimentos graves. Pedro ajuizou uma ação buscando indenização pelos danos. Levando em consideração a situação hipotética descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando que o comportamento do cachorro foi inesperado, já que Pedro e José eram vizinhos de longa data, José deverá indenizar Pedro apenas pelos danos morais causados pelo animal.
- b) Há responsabilidade civil, tendo em vista que José deveria ter mais cautela ao deixar o animal em casa sem sua supervisão.
- c) A responsabilidade do dono do animal é objetiva, existindo, portanto, a responsabilidade civil.
- d) Não há responsabilidade civil, tendo em vista que a culpa foi exclusiva da vítima.

Disciplina: Direito Processual Penal III

Professor: André de Paula Viana

Questão 09

Em um processo criminal, a citação é o ato pelo qual o réu é informado da existência da ação penal contra ele, sendo-lhe concedida a oportunidade de se defender. No entanto, o Código de Processo Penal (CPP) prevê diversas formas de citação, adaptadas a diferentes circunstâncias. Considere que o réu, João, não foi encontrado em seu endereço residencial e seu paradeiro é desconhecido, o que impossibilita a citação pessoal. O Ministério Público insiste na continuidade do processo e pede a citação de João por edital. De acordo com o Código de Processo Penal, qual o prazo mínimo de afixação do edital no átrio do fórum e de sua publicação na imprensa oficial, se houver, para a citação por edital de réu que não foi encontrado?

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 30 dias.

Questão 10

Maria, advogada, defende seu cliente em um processo criminal e precisa ser intimada da data da audiência de instrução. O escrivão do juízo, em vez de intimá-la por meio de publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), decide enviar a intimação via carta com aviso de recebimento (AR) diretamente ao seu escritório. Considerando as regras de comunicação dos atos processuais no processo penal, a intimação de Maria foi realizada de forma válida?

- A) Não, pois a intimação de advogados deve ser feita exclusivamente por publicação no Diário de Justiça Eletrônico.

- B) Sim, a intimação por carta com AR é uma forma válida de comunicação, mas apenas quando a advogada reside em outra comarca.
- C) Não, pois a intimação só seria válida se fosse feita pessoalmente pelo oficial de justiça.
- D) Sim, pois o Código de Processo Penal permite a intimação pessoal de advogados por qualquer meio idôneo que ateste o recebimento, incluindo carta com AR.

Questão 11

Em uma audiência de instrução e julgamento, a defesa de um réu que responde por um crime de roubo deseja ouvir uma testemunha que não foi arrolada na fase de defesa prévia. O juiz, ao analisar o pedido, questiona se a oitiva da testemunha é indispensável para o deslinde do caso. De acordo com o Código de Processo Penal, em qual momento do procedimento ordinário, segundo o art. 402, a defesa pode requerer a oitiva de uma testemunha não arrolada anteriormente?

- A) Antes da oitiva das testemunhas de acusação.
- B) Antes do interrogatório do réu.
- C) Após o interrogatório do réu e antes das alegações finais.
- D) Após as alegações finais.

Questão 12

O réu, Marcos, é acusado de um crime de estelionato. Durante a audiência de instrução, seu advogado requer que o juiz ouça as testemunhas de defesa antes das testemunhas de acusação, argumentando que isso garantiria a ampla defesa. O juiz, no entanto, nega o pedido, alegando a ordem prevista no Código de Processo Penal. Qual a ordem correta para a inquirição das testemunhas e para o interrogatório do réu em um procedimento ordinário, conforme o CPP?

- A) Testemunhas de defesa, testemunhas de acusação e, por último, o interrogatório do réu.
- B) Testemunhas de acusação, interrogatório do réu e, por último, testemunhas de defesa.
- C) Testemunhas de acusação, testemunhas de defesa e, por último, o interrogatório do réu.
- D) Interrogatório do réu, testemunhas de acusação e, por último, testemunhas de defesa.

Disciplina: Direito Individual do Trabalho Professor: Christiano Francisco da Silva Vitagliano

Questão 13

Assinale a alternativa incorreta no que condiz ao Direito do Trabalho:

- a) A denominação Direito do Trabalho é também adotada na Espanha.
- b) A Empresa faz parte do aspecto subjetivo do Direito Coletivo do Trabalho.
- c) O Direito Internacional do Trabalho não tem por estudo as Convenções.
- d) O Direito Penal do Trabalho é estudado em Direito Penal.

Questão 14

Assinale a alternativa correta quanto à presente afirmação:

Há um ramo do Direito do Trabalho que se dedica à proteção do trabalhador, reconhecendo a desigualdade que este enfrenta perante o empregador. O seu objetivo é estabelecer medidas e regras que salvaguem os direitos e a dignidade da pessoa que trabalha, visando melhorar as condições de trabalho através de normas sobre segurança, saúde, fiscalização, entre outros aspetos

- a) Trata-se de Direito Tutelar do Trabalho.
- b) Trata-se de Direito Coletivo do Trabalho.
- c) Trata-se de Direito Penal do Trabalho.
- d) Trata-se de Direito Internacional do Trabalho.

Questão 15

Assinale a alternativa incorreta:

- a) **fontes materiais:** representam o momento pré-jurídico, o conjunto de fatores econômicos, políticos, sociológicos e filosóficos que levam à positivação do Direito.
- b) No caso de rodízio de prestação de serviços de brasileiro contratado no Brasil para prestar serviço em vários países do exterior, prevalece o entendimento doutrinário de que será aplicada a legislação do país em que se situa a matriz da empresa a que está subordinado o empregado, e na falta desse parâmetro, lei do país onde está situada a sede da empresa.
- c) Sentença Normativa é fonte autônoma de Direito do Trabalho
- d) Portaria do Ministério do Trabalho é fonte heterônoma.

Questão 16

Em matéria de solução dos conflitos entre fontes formais adota-se majoritariamente a seguinte teoria:

- a) Teoria do conglobamento.
- b) Teoria da acumulação.
- c) Teoria do Conglobamento mitigado
- d) Teoria do Conglobamento unitário.

Disciplina: Mediação, Conciliação e Arbitragem

Professor: Mário César Martins de Miranda

Questão 17

Considerando o Poder Judiciário, bem como a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos, pode-se afirmar que a conciliação e a mediação são:

- a) Instrumentos processuais inaptos a garantir a efetividade da execução das decisões proferidas pelo Poder Judiciário.
- b) Instrumentos garantidores de proteção diante de eventual ameaça ou violação do direito, compelindo o seu agressor ao cumprimento ou sancionando-o ante o seu descumprimento.
- c) Instrumentos extrajudiciais sem segurança jurídica os acordos entabulados em sessão de mediação e conciliação.
- d) Instrumentos utilizados para a pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implementados nos país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças.

Questão 18

Entende-se como sistema “multiportas”:

I - é uma abordagem inovadora para a resolução de conflitos que integra diferentes mecanismos, tanto judiciais quanto extrajudiciais, para oferecer às partes diversas opções de solução.

II – compreende meios alternativos de solução de conflitos, como a negociação, a conciliação, mediação e arbitragem.

III – são várias portas no Fórum, onde as partes decidem qual entrar.

Está incorreto:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.

Questão 19

Considere as assertivas abaixo:

I - A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados somente por juízes e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

II - É permitida a arbitragem, na forma da lei.

III - O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, enquanto que o mediador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes.

Está correto:

- I.
- II.
- III.
- todas as assertivas.

Disciplina: Diversidade Étnico Racial, Gênero e Direitos Humanos

Prof. Luci Aparecida Souza Borges de Faria

Questão 20



De acordo com o 2º artigo da Lei n.º 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial no Brasil, “é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.” Em termos gerais, esse Estatuto demarca questões como o respeito, a inclusão social e a necessidade de reparação de desigualdades históricas por parte do Estado e da sociedade. **Considerando os fatos de uma realidade concreta e os representados nas charges, analise as afirmativas a seguir:**

I- O Estatuto da Igualdade Racial apresenta uma conceituação/diferenciação de alguns tipos de desigualdades e discriminações étnico-raciais. A discriminação ocorre quando qualquer pessoa é excluída ou tem seus direitos restritos/retirados. A desigualdade racial, por sua vez, também se relaciona às questões de gênero, sobre toda forma de diferenciação injustificada de acesso e usufruto de bens, direitos, serviços e oportunidades sociais, que pode se agravar entre mulheres negras.

II- As ações afirmativas são iniciativas empresariais, legitimadas por esses espaços, que criam facilidades e formas de retratação para as pessoas que foram vítimas de algum preconceito ou discriminação dentro do ambiente de trabalho.

III- As estruturas institucionais do Estado precisam ser modificadas para que a participação da população negra seja efetivada na vida econômica, social, política e cultural do país, de forma que ocorra o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas.

IV- A população negra, considerando suas demandas, particularidades étnico-raciais e necessidade de valorização dos povos tradicionais, deve participar somente de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer que dizem respeito a sua ancestralidade.

V- O Estatuto, como forma de não segregar e/ou discriminar nenhum segmento populacional, dispõe sobre direitos, deveres, necessidades, situações opressoras, violadoras e formas de participação comuns a toda população negra. Inclusive, existe o indicativo, em vários artigos do Estatuto da Igualdade Racial, para que campanhas educativas abordem os temas de forma mais genérica, sem particularizar nenhum segmento ou situação específica.

VI- O acesso aos órgãos de defesa, como ouvidorias, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário, é assegurado às vítimas de violências e discriminação étnica. Nesse dispositivo legal, existe a previsão de que o Estado deve adotar medidas especiais para coibir a violência policial que, com maior frequência, incide sobre a população negra.

Está(ão) **CORRETA(S)** apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I, III e VI.
- b) I, V e IV.
- c) II e IV.
- d) II e VI.

Questão 21

Com base na Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da:

- a) Europa e da população polonesa no Brasil.
- b) Oceania e da população neozelandesa no Brasil.
- c) África e da população negra no Brasil.
- d) Ásia e da população tailandesa no Brasil.

Disciplina: Direito Previdenciário

Professora: Leilane Camargos

Questão 22

Pedro e seu irmão José vivem em situações diferentes:

- Pedro abriu uma oficina de conserto de bicicletas no quintal de sua casa. Ele atende clientes por conta própria, organiza seus horários e assume os riscos da atividade econômica.
- José, por sua vez, cultiva mandioca em pequena propriedade rural junto com a esposa e os filhos, em regime de economia familiar, sem utilização de empregados permanentes. A produção é destinada principalmente ao sustento da família, com venda do excedente em feiras locais.

Assinale a alternativa que identifica corretamente a categoria de segurado obrigatório de Pedro e José.

- a) Pedro é empregado e José é empregado doméstico.
- b) Pedro é contribuinte individual e José é segurado especial.
- c) Pedro é contribuinte individual e José é contribuinte individual.
- d) Pedro é segurado especial e José é empregado.

Questão 23

Rogério foi contratado como motorista por uma empresa de transportes no dia 1º de março. Contudo, a empresa não recolheu nenhuma contribuição em seu nome.

Fernanda, por sua vez, é universitária e decidiu contribuir como segurada facultativa. No dia 1º de março, realizou a sua inscrição no INSS, mas nunca chegou a pagar a primeira contribuição no prazo legal.

Em setembro de 2025, ambos precisaram requerer benefícios previdenciários junto ao INSS.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) Rogério e Fernanda possuem qualidade de segurados, ainda que não tenham contribuições.
- b) Apenas Rogério possui qualidade de segurado, pois sua filiação é automática com o vínculo de emprego, independentemente do recolhimento das contribuições.
- c) Apenas Fernanda possui qualidade de segurada, pois fez sua inscrição no INSS.
- d) Nenhum deles possui qualidade de segurado, pois ambos dependem do pagamento das contribuições para estarem protegidos pela Previdência.

Questão 24

Cláudia, de 46 anos, casou-se com Roberto há apenas 1 ano. Roberto tinha apenas 15 contribuições à Previdência. Roberto estava viajando e sofreu um acidente de trânsito, falecendo no local.

Sobre a pensão por morte, assinale a correta:

- a) Cláudia receberá a pensão por morte por apenas 4 meses, porque o casamento durou menos de 2 anos.
- b) Cláudia não terá direito, pois Roberto não cumpriu 18 contribuições mensais.
- c) Cláudia terá direito à pensão vitalícia, pois tinha mais de 45 anos.
- d) Cláudia só terá direito à pensão até completar 50 anos de idade.